

Miguel Cadilhe

Público, ... VII 2013

A CONSIDERAÇÃO DEVIDA A GASPAR

Há muitos anos que aprecio a inteligência e a ponderação de Vitor Gaspar, começo por dizê-lo neste artigo que escrevo a convite do Público.

I - A DESINCUMBÊNCIA TROIKIANA

Gaspar e a troika estancaram o descarrilamento das contas do Estado e puseram-nas em calhas que apontam para objectivos de rigor, regramento e sustentabilidade. Ainda não são as calhas finais, que devem ser robustas e definitivas. São calhas que nos afastam do abismo financeiro. Calhas que, todavia, atravessam um território pejado de desempregados e assentam numa distribuição dos sacrifícios que fere alguns requisitos de equidade. Duas tremendas objecções políticas, pois, a Gaspar e à troika. Além destas, as objecções são menores mas engrossaram o contexto, sem razão, ou sem a razão toda.

Os estragos...

Mas teria sido possível algo muito diferente? Será legítimo admitir, como faz Gaspar, que os custos do ajustamento, incluindo a sua distribuição, eram inevitáveis, atenta a emergência e dada a insustentabilidade orçamental em que o Estado havia caído, com roturas e fechamentos dos mercados financeiros? Sim, respondo, admito a inevitabilidade, mas havia e há questões de grau – de graduação do tempo e dos doseamentos das medidas –, que não estão respondidas. Ou seja, admito que o imperativo do saneamento e estabilização das finanças públicas produziria sempre muitos estragos, escolhêssemos um ou outro caminho, mas havia e há possibilidades de compensações e de “reptos europeus”. Quanto a caminhos não troikianos, Gaspar poderá ter razão quando diz que o custo do ajustamento sobre os mais vulneráveis e desfavorecidos poderia, *a final*, ter sido pior na ausência de um entendimento do tipo troikiano, se bem que a execução pudesse ter sido conduzida um pouco distintamente.

A outra face da troika...

A outra face da troika não é Gaspar, é Sócrates. É bom que os portugueses – e os socialistas em particular – não se esqueçam disto. O grande responsável é o antigo primeiro-ministro, que governou o barco até ao desastre das finanças públicas. Foram seis anos que poderiam e deveriam ter sido mais do que bastantes para endireitar e segurar bem as coisas. Ele não se precaveu em mares largos, calmos e relativamente bonançosos, foi temerário, gastou e endividou-se, exorbitou, depois quando o barco entrou em mares tempestuosos ninguém estava preparado para a crise, muito pelo contrário. Sócrates e troika estão indissociavelmente ligados, são

capa e contracapa do mesmo diário-de-bordo. A troika não é mais do que uma tripulação intercalar que procura salvar o barco, após formidáveis rombos socratianos. A rota troikiana pode agora ser outra, na mesma direcção, e a velocidade da viagem pode ser diferente. Porém, não se pode inverter a rota. Todos devemos esperar que, partindo um dia do porto de abrigo troikiano, a que ainda não aportamos, as subseqüentes tripulações tenham aprendido a lição e saibam gerir com rigor e comedimento as finanças públicas, e dentro destas a dívida e a carga fiscal.

Erros das previsões?...

Gaspar governou com coragem em tempos de imensa incerteza e fatal impopularidade. Por exemplo, o défice público melhorou mas não tanto quanto se previa? Berra-se que o ministro falhou! Ora, mais do que acertar no alvo, interessa é que o andamento, o movimento, a tendência estejam no sentido certo, e o estejam de modo estrutural. Vamos lá ver. É muito arriscado, para qualquer um, fazer previsões nas actuais circunstâncias. É difícil e ingrato prever os efeitos das políticas troikianas de austeridade, mais o é quando a economia está, não em expansão, veja-se bem, mas no seio de uma recessão, agravando-se pois tudo o que já é recessivo. E essa é uma conjugação política negra, rara, é uma distorção ditada pelos mutuantes que são quem manda, convém que tenhamos isto presente. Além disso, é difícil prever a conjuntura externa, designadamente na zona euro, em plena ressaca da crise internacional, como se tem visto. Se ambas as vertentes, a interna e a externa, se revelarem *a posteriori* piores do que foi pressuposto e se inter-potenciarem negativamente, como está a ocorrer, estamos a ver que as previsões podem desviar-se dos factos muito mais do que um qualquer bom premonitor julgaria *a priori* razoável. Só não percebe isto quem nunca passou por essa experiência de fazer previsões sob contingências, estas actualmente anomalíssimas. Contudo, Gaspar assume na carta de demissão uma responsabilidade que me surpreende por ser desmedida: “*A repetição destes desvios minou a minha credibilidade*”.

O défice público...

Como se sabe, um dos conceitos mais importantes das finanças públicas é o défice “primário estrutural”, porque não inclui os juros da dívida, que vem do passado, está limpo dos efeitos da recessão que implica mais despesa e menos receita, e está também limpo de medidas temporárias, ou extraordinárias, e de outros factores especiais. Pois este défice diminuiu 7 pontos percentuais do PIB em dois anos, 2011 e 2012, segundo informou, há dias, o governador do Banco de Portugal: passou de -7,6% do PIB em 2010 para -0,5% em 2012. Ainda que possamos ter algumas dúvidas sobre o que é e não é verdadeiramente estrutural, este progresso é precioso aos olhos dos credores e investidores internacionais.

O produto, o desemprego e o défice externo...

Um outro precioso indicador é o do crescimento do PIB, efectivo e potencial. E o do correlativo desemprego. Infelizmente, há mais de um decénio que as coisas do crescimento não andam bem, e agora pioraram. Os programas troikianos não têm permitido políticas orçamentais anticíclicas, têm imposto precisamente o contrário,

como já mencionei. E o facto de não termos moeda própria e estarmos submetidos à lógica do BCE, que é para toda a zona euro, tem agravado o financiamento à economia, sobretudo às PME, e aqui reside um ponto em que Gaspar reconheceu as agruras da função e sofreu, imagino, a angústia que os conflitos da política macroeconómica provocam.

Já o défice externo melhorou muito. A balança corrente e de capital foi positiva em 2012 (0,8% do PIB), não o era há uns 20 anos. E a balança de bens e serviços foi pela primeira vez positiva (0,1% do PIB), em quase 60 anos. As exportações portaram-se bem. Só é pena que a principal causa dessas melhorias seja a demorada recessão em que estamos metidos, com quebra da procura interna e com escalada do desemprego. Não se trata, portanto, de melhorias estruturais, estejamos cientes disso.

Diz Gaspar na carta de demissão: *o desemprego e o desemprego jovem são muito graves, requerem uma resposta efectiva e urgente a nível europeu e nacional*. Mas as coisas são o que são, tudo tem de ser feito de modo seguro e controlado. Não vá agora aparecer, à boca da cena, um fervoroso aprendiz de feiticeiro a tecer veleidades expansionistas.

A dívida pública...

De todos, o mais precioso indicador para os credores é, claro está, o da dívida pública. É insuportável. Há quem diga que a dívida pública cresceu imenso, com o ministro Gaspar. É um erro vulgar e rudimentar. Em primeiro lugar, o perímetro da dívida pública convencional foi alargado para incluir passivos que já existiam mas, por mera classificação, não estavam lá, estavam noutros lados do sector público. De um momento para o outro, por imposição troikiana ou aparentada, a dívida da República tem outra definição e outra abrangência, aliás mais correcta, dá por isso um salto para outro montante e passa a falar mais verdade. Temos, então, de ter cuidado para comparar o que é comparável. Em segundo lugar, o que conta é o indicador relativizado “dívida/PIB nominal”. E como o PIB tem caído, este cociente sobe matematicamente, *caeteris paribus*. Em terceiro lugar, o acordo troikiano e socratiano, assinado em 2011 e que ainda nos rege, não cometia a barbaridade de pôr o défice instantaneamente em zero. Enquanto houver défice público, haverá acréscimo natural da dívida, matematicamente e *caeteris paribus* também.

De resto, apraz a todos registar a melhoria das condições de taxa de juro e de regresso ao mercado de emissões mais longas de dívida, a cinco e dez anos. Um processo paulatino, que leva e traz boa saúde, para o qual Gaspar contribuiu.

2009 e 2010, “desta vez é diferente”...

O desgaste popular foi uma razão coadjuvante para Gaspar desistir. Quando, por exemplo, Gaspar apresentou o livro, por si prefaciado, *“Destas vezes é diferente”*, de Reinhard e Rogoff, ele foi interrompido por algumas pessoas com gargalhadas orquestradas. Na televisão, as gargalhadas foram tudo, o discurso foi nada, que eu visse, contudo as ideias eram úteis. Aqui resumo as suas ideias, porque isso ajuda a

perceber os dois anos que antecederam a troika e o ministro Gaspar. A tese dos autores é esta: a acumulação excessiva de dívida privada e pública é raiz de crises económicas; durante a expansão alimentada pelo crédito, quase toda a gente pensa que “desta vez é diferente”. Na recente crise financeira internacional, houve um “erro de julgamento”: ela seria uma difícil flutuação cíclica. Com lembranças da Grande Depressão, a UE recomendou estímulos orçamentais, estava 2008 a findar. Portugal, que estava vulnerável, somou erros na crise. O ano 2010 retrata o “erro de julgamento”: previa-se défice 2,9% do PIB e dívida 70,5%; os valores oficiais foram 9,1% e 93%. Adveio a *“maior crise de finanças públicas de que há memória em Portugal”*. O crédito bancário ao sector público aumentou, ao privado diminuiu.

II - A DESISTÊNCIA DO MINISTRO

Achei mal que Gaspar tivesse saído do Governo, mas respeito as suas razões tanto quanto as consigo perscrutar nas linhas e entrelinhas da sua inusitada carta de renúncia, que tem muito que se lhe diga, muito para lá do que é puramente literal.

A reforma estrutural do Estado...

Critiquei algumas vezes o ministro Gaspar. Por exemplo, no infeliz episódio da TSU de Setembro de 2012 (agravar trabalhadores e desagrar patrões). Ou na questão do financiamento das empresas. Ou na venda do BPN. Ou na distribuição da austeridade. Ou na ausência de medidas estruturais do lado da despesa pública, tendo Gaspar puxado demasiado pelo “esforço fiscal”. De todas, a principal razão de crítica foi o adiamento da reforma estrutural do Estado, isso fez-me publicar de novo o livro “Sobrepeso do Estado em Portugal”, em 2013, procurando mostrar que um dos nossos maiores problemas reside na dimensão e composição das funções do Estado e nos excessos de despesa e de impostos. E reside nos entraves e temores que inibem o grande reformador. Em 27 de Junho, uns dias antes de se demitir – e conto isto com o seu conhecimento –, Gaspar falou-me a agradecer esse meu livro e logo me escreveu, um tanto enigmaticamente: *“Por coincidência, estava a reler o Theory of Moral Sentiments de Adam Smith. Tem duas passagens que lhe poderão interessar na perspectiva do político reformador”*. Mas que coincidência!

O acto de renúncia...

Fui ler essas páginas de 1759 de Adam Smith que aludem ao reformador e ao líder político e aludem aos superiores interesses de uma nação, mas da leitura só se me fez luz uns dias depois. A luz que se me fez não é mais do que uma interpretação pessoal. Em 1 de Julho, após se saber da sua demissão, escrevi-lhe: *“Suponho que no seu telefonema e email de quinta-feira me deu um ‘sinal’ que não me era inteiramente perceptível e que na altura foi de certo modo um enigma para mim. Reli agora os citados parágrafos e não posso deixar de associar o seu ‘sinal’ com a péssima notícia de hoje.”*

No lugar de Gaspar, se tivesse algumas das razões de ordem substancial que se descortinam na sua carta, teria também escrito uma carta ao primeiro-ministro. Mas não o teria feito como carta-aberta, salvo se... Salvo se outros valores mais altos se

levantassem, valores muito ponderosos como poderiam ser razões de dignidade e de carácter ou razões de interesse nacional. Terão sido razões desta ou daquela ordem que subjazeram à pública carta pessoal de Gaspar? Só ele poderá responder. Mas todos temos o direito de pasmarmos e de olhar e ver à nossa maneira.

O líder e o reformador...

Releio, entretanto, o pensador e filósofo Adam Smith (que por outra obra sua, de 1776, “A Riqueza das Nações”, ficou na história como fundador da ciência económica). Releio e medito as passagens que Gaspar me recomendou a propósito do reformador e do meu livro. E detenho-me nas ideias sobre o líder político que se revela capaz ou incapaz de ser o grande reformador: ***O líder que actua com autoridade, temperança e moderação, acima do seu partido, pode assumir a maior e mais nobre qualidade que é a do grande reformador e legislador, e pode, pela sabedoria do que institui, assegurar o bem-estar dos seus concidadãos por muitas gerações*** (§ 14, p 210). Na carta de renúncia de Gaspar encontro afinidades com isto. Quando, por exemplo, ele fala em liderança ao primeiro-ministro Passos Coelho: *“Liderança é, por vezes, definida como sabedoria e coragem com desinteresse próprio. Liderança visa os superiores interesses nacionais que perduram de geração em geração”*. Ou quando lhe fala da coesão política do executivo, em termos que indiciavam existir um sério problema: *“Os riscos e desafios dos próximos tempos são enormes. Exigem a coesão do Governo. A minha saída contribuirá para reforçar a sua liderança e a coesão da equipa governativa”*. Todos sabemos, sem uma forte e sábia liderança não há coesão. E sem uma e outra coisa não há reformismo.

O saber e a humildade...

É igualmente curioso que possamos associar Gaspar ao discurso de Adam Smith sobre saber, arrogância e humildade: ***Uma ideia de perfeição pode ser necessária à visão do homem de Estado, mas insistir, apesar de toda a oposição, em fazer tudo o que uma tal ideia pareça requerer, isso será o mais elevado grau de arrogância, será erigir o juízo próprio em supremo padrão do certo e do errado*** (§ 18, p 212). Será que Gaspar, um ministro que cultivava a afabilidade, quis sacudir aparências, ou quis mesmo redimir-se ao demitir-se com um acto em que, por mim, vejo humildade e contrição que outros não vêem? Diz ele, *“infelizmente não me encontro em condições de assegurar credibilidade e confiança”*, o que é isto senão uma severa, talvez desproporcionada (arrogante certamente não é), auto-avaliação? Ou será que Gaspar quis demarcar-se de fundamentalismos da troika, quando ela se arrogou os poderes e as infalibilidades que não tinha? Ou será que Gaspar quis revelar que o antagonismo inter-pares, quando desleal, pode ser mil vezes pior do que a arrogância? Ou será que Gaspar quis “antes quebrar que torcer” perante os adversos acórdãos constitucionais? Ou tudo junto? Não sei, aqui sou apenas um mero e simples observador, movido pelo dever da justiça e consideração. O que para mim é claro, é que Gaspar faz muita falta à consistência e credibilidade das finanças públicas. Vamos ver se essa falta não é irremediável e se o dia 1 de Julho de 2013 não inicia um imprudente recuo, oxalá que não.

